

## ***A Lei da Ficha Limpa e os necessários pingos nos is***

(24.09.2010)

*"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto." (Ruy Barbosa)*

Deputados e senadores conseguiram o que queriam em relação à Lei da Ficha Limpa. Deixaram o problema para o Poder Judiciário, para quem se indispor com a sociedade não altera o status quo. Quando o projeto de iniciativa popular chegou ao Congresso Nacional, primeiramente na Câmara dos Deputados, os parlamentares sabiam que se tratava de matéria que poderia decretar o fim da mamata oficial. Diante de tal ameaça, os alarifes trataram de reduzir o teor explosivo do projeto e transformaram o texto inicial em uma colcha de retalhos. Operação que contou com a anuência de todos, por mais que em plenário o antagonismo ideológico se fizesse presente através de fingidas e acaloradas discussões.

Desde o início da tramitação do projeto da Ficha Limpa venho alertando para o perigo da arguição de sua inconstitucionalidade, algo que acabou consumado na longa sessão do Supremo Tribunal Federal que julgou um recurso extraordinário de Joaquim Domingos Roriz, cuja candidatura foi impugnada pela Justiça Eleitoral com base na sua vida pregressa. Nas quase intermináveis onze horas de julgamento foi possível perceber a inquietação da sociedade brasileira, que se manifestou na rede mundial de computadores. Nas chamadas redes sociais sobram loas e apupos aos que votaram contra e a favor da Lei da Ficha Limpa. Também não faltaram impropérios de todos os matizes.

Como o Brasil está a alguns dias das eleições gerais, as tropas cibernéticas regamente pagas pelos candidatos estavam a postos para incendiar o circo. Fora isso, alguns poucos cidadãos se manifestaram de forma pacífica e objetiva. Por mais que alguns ministros do STF tenham invocado o princípio da moralidade para o exercício de um mandato eletivo, nada pode superar o preceito constitucional da presunção da inocência, que na Carta Magna está grafada como cláusula pétrea. E para preservar a segurança jurídica da sociedade recomenda-se não afrontar a Constituição. No caso de Joaquim Roriz, que já não é mais candidato ao governo do DF, mas seu caso funcionará como base para questionamentos futuros, ter renunciado ao mandato de senador, em 2007, serviu para fugir de uma eventual cassação, mas a Justiça, pelo menos aqui na terra de Macunaíma, não trabalha com "achismos". A cassação do mandato não se consumou e é impossível adivinhar o que poderia acontecer

se Roriz tivesse permanecido no exercício do mandato. Não quero, nem mesmo em sonho, defender políticos corruptos e com fichas enxovalhadas, principalmente porque depois de três décadas acompanhando a política prevalece na lógica do meu pensamento a imediata necessidade de uma profunda e generalizada assepsia na vida pública nacional. O que defendo com convicção é a manutenção da integridade da Carta Magna.

As considerações que aqui faço servem não como escudo para os que têm o “rabo preso”, mas para alertar os brasileiros sobre a necessidade de se vigiar a política e os políticos diuturnamente. Erra sem perdão aquele que pensa que cidadania é ir às urnas a cada dois anos. Cidadania é, sim, participar diariamente da vida do País, algo que a extensa maioria não faz porque tem seus olhos voltados para o próprio umbigo. Atuando como decifreadores do capítulo seguinte da novela eleitoral, jornalistas e comentaristas políticos, encerradas as eleições, retomam o costumeiro ostracismo, pois aos demais a política tornou-se algo tão enfadonho quanto lamacento. De forma bienal, as eleições acabam funcionando como uma espécie de vingança maligna, pois os acomodados eleitores torcem pelo calvário daqueles para quem um dia a mídia ousou apontar-lhes o indicador. E como ninguém quer enfrentar respingos de lama ou até mesmo ter a paciência amolada, o Brasil continuará sendo movido a truques.

O País, sem sombra de dúvidas, precisa ser passado a limpo, mas a operação de limpeza não deve ser feita com pés-de-cabra, mas com o cérebro e dentro da lei. Tivesse o Supremo Tribunal Federal decidido de roldão a aplicação da Lei da Ficha Limpa, abrir-se-iam precedentes perigosos, como bem lembrou o ministro Gilmar Mendes, que desde o episódio do banqueiro oportunista caiu em desgraça junto à opinião pública. Discutir a constitucionalidade de atos jurídicos e legislativos não é algo que deva ser encarado como uma conversa de botequim. Trata-se de assunto extremamente sério e que deve alcançar um resultado de consenso, o que mantém vivo o Estado Democrático de Direito. Qualquer vilipêndio ao conjunto de normas constitucionais coloca em risco a própria democracia, que no Brasil da atualidade corre o sério risco de ser apunhalada a qualquer momento.

Passadas algumas horas da polêmica que tomou conta do Supremo Tribunal Federal no caso da Lei da Ficha Limpa, o brasileiro acordou embalado por uma inimaginável ressaca, mas sequer cogita a possibilidade de cobrar da própria consciência uma explicação para a barafunda que se instalou nas entranhas políticas de nossa querida e agora desgovernada Botocúndia. A decisão tomada pelos ministros do Supremo de aguardar a nomeação de um novo magistrado, que ocupará a vaga deixada por Eros Grau, foi sensata e mostrou o equilíbrio das opiniões que fazem a mais alta instância da Justiça brasileira. Mesmo assim, os ministros serão alvo nas próximas semanas de impropérios disparados aqui e alhures. Serão responsabilizados por não terem feito o que os brasileiros deveriam estar fazendo desde 1500. Tratar cada político como um igual.

Acolher nos braços do parlamento o projeto popular da Ficha Limpa foi uma forma mentirosa que os políticos encontraram de mostrar à sociedade um “bom mocismo” que jamais existiu em terras verde-louras. Melhor estariam os brasileiros na atual campanha se tivessem cerrado fileiras para cobrar, décadas atrás, uma imediata e abissal reforma da política, que não deve ser confundida com reforma política. Desde sempre o tema recheia as promessas eleitorais, mas quando chegam ao poder os

eleitos comumente esquecem as promessas feitas. E o fazem por questões óbvias, pois se apoderar dos úberes oficiais é o sonho criminoso de muitos.

Desavergonhada e sem qualquer grama de pudor, a classe política não tem tutano suficiente para compreender – ou não o faz por conveniência – uma célebre frase de Groucho Marx, comediante norte-americano que certa vez disse “eu não frequento clubes que me aceitem como sócio”. Os políticos pouco se importam com a opinião da sociedade, exceto em temporada de caça ao voto, pois no restante do tempo eles se comprazem no mesmo e suspeito recinto.

Como a política no Brasil, na grande maioria das situações, transformou-se em um dourado e imundo balcão de negócios, o melhor que o eleitor tem a fazer, ao invés de chorar sobre a indecisão que por enquanto flana na seara da Lei da Ficha Limpa, é condenar os criminosos nas urnas. Até porque, não é por mero diletantismo que um candidato investe alguns bons milhões em três meses de campanha para, se eleito, receber poucos milhares como salário em quatro anos de mandato. Pare e pense, pois está nas mãos de cada um dos brasileiros a chance de escrever o epílogo de uma ópera bufa chamada Brasil!

ATENÇÃO: O inteiro teor do site ([www.uchohaddad.com.br](http://www.uchohaddad.com.br)) e a obra aqui reproduzida estão sob a proteção da Lei de Direitos Autorais.

Todos os direitos reservados - Copyright © 2013 - Ucho Haddad